

O DIREITO À CULTURA COMO CIDADANIA CULTURAL (SÃO PAULO, 1989/1992)

Mirna Busse Pereira*

Resumo

Este artigo tem por objetivo refletir sobre o significado de definir a cultura como direito e constituí-la como política cultural. Acompanha as implicações da implementação da política de cidadania cultural e o modo como ela foi tratada no cotidiano da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, na sua relação com a criação das Casas de Cultura, no período 1989-1992.

Palavras-chave

Cultura; política; direito à cultura; política cultural; cidadania cultural.

Abstract

The objective of this article is to reflect about the meanings of to define the culture how right and it constitute how cultural politic. This paper approaches the implications of the implementation of the cultural politic citizenship and the mode how it were treated in everyday life of the Municipal Cultural Secretary of São Paulo and her relation with the creation process of the Cultural Houses, along of 1989-1992.

Keywords

Culture; politic; cultural right; cultural politic; cultural citizenship.

Procuo reconstruir caminhos pelos quais a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, na gestão Luiza Erundina, implantou e implementou a Política de Cidadania Cultural. Para tanto, acompanho o processo de constituição do Projeto Casas de Cultura e a maneira como ocorreu sua instalação e implantação em diferentes locais da cidade. Considerando que a política cultural implementada pela Secretaria de Cultura tem seus antecedentes nas reflexões realizadas pelo Partido dos Trabalhadores a partir de 1982 – sua primeira participação em disputas eleitorais –, analiso o modo como a cultura foi pensada no interior do PT, desde sua origem até as eleições municipais de 1988.

Realizei esses estudos investigando um conjunto de documentos escritos, produzidos pela Secretaria Municipal de Cultura ou a ela referentes; documentos partidários diversos e aqueles resultantes das discussões travadas durante a elaboração de suas plataformas eleitorais e das Resoluções dos Encontros do PT; além de periódicos e materiais de imprensa. Trabalhei, ainda, com história oral, tendo entrevistado pessoas que trabalharam na equipe de coordenação geral do Projeto Casas de Cultura ou nas Casas de Cultura, entre elas uma funcionária de carreira; por último, entrevistei a ex-secretária Marilena Chauí, que integrou a comissão de cultura do PT, responsável pela organização dos trabalhos preparatórios para a elaboração de uma proposta cultural para a Secretaria de Cultura e que, a convite da ex-Prefeita Luiza Erundina de Sousa, assumiu a gestão dessa secretaria para a qual propôs a política de cidadania cultural.¹

Algumas das indagações que orientam estas reflexões são: quais foram as implicações para a gestão cultural petista de assumir a cultura como um direito de cidadania? Como a Secretaria de Cultura traduziu em seu fazer cotidiano a política de cidadania cultural, quais as iniciativas adotadas e como elas foram concretizadas? Como a política de cidadania cultural foi vista, seja no âmbito interno da secretaria e de suas relações com outros setores do governo municipal, seja com as pessoas e grupos sociais que com ela interagiram?

A política de cidadania cultural foi anunciada pela secretária Marilena Chauí, já em seu discurso de posse a 2 de janeiro de 1989, no saguão da Secretaria Municipal de Cultura – SMC, momento em que apresentou de forma sistemática as noções de cultura, de secretaria e de relação com os funcionários da cultura e com os cidadãos, bem como com o governo da Prefeita Luiza Erundina de Sousa e demais órgãos do governo municipal da cidade de São Paulo que norteariam suas ações. Não era apenas um discurso que visava cumprir com a formalidade de assumir as responsabilidades pela condução dos trabalhos da Secretaria de Cultura. O discurso representava uma peça política que definia o teor da política cultural que estava sendo proposta para a cidade de São Paulo e anunciava, também, um propósito inusitado no modo de lidar com a cultura no âmbito da estrutura municipal de cultura.

Ao ser proferido em público, os propósitos anunciados assumiam um caráter de dever ser que a secretária de Cultura perseguiria ao longo de seus quatro anos de gestão cultural, buscando traduzir a política de cidadania cultural nas mais diferentes e diversas atividades e situações.

Os propósitos da Secretaria de Cultura achavam-se em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela então prefeita Luiza Erundina de Sousa para o governo municipal, que definiu: “O caráter popular desse governo [seria] dado pela inversão de prioridades, no sentido de atender aos direitos sociais da população trabalhadora, historicamente preterida quando da elaboração e implementação das políticas públicas”.

E seria, também, democrático, porquanto propiciaria: “a efetiva participação popular nas decisões político-administrativas, além de estimular a organização autônoma e independente dos trabalhadores, na perspectiva de construção do autêntico poder popular”.²

A Secretaria de Cultura, visando garantir que os direitos sociais dos trabalhadores fossem assegurados também em seu campo de atuação, definiu a cultura do ponto de vista da cidadania cultural. Isso significaria encarar a cultura como um direito do cidadão e, em particular, como direito da população trabalhadora. Mas a Secretaria também se propunha a dedicar esforços para promover o direito à cultura aos trabalhadores culturais, cujo trabalho experimental nas artes, nas técnicas, nas ciências e nas práticas socioculturais tem sido bloqueado, impedido, censurado e não reconhecido pelos poderes estabelecidos.

Os direitos declarados pela secretária Marilena Chauí³ explicitavam qual concepção de cidadania nortearia a política cultural durante sua gestão e definia o entendimento da Secretaria por direito à cultura, como:

- o direito de produzir cultura, seja pela apropriação dos meios culturais existentes, seja pela invenção de novos significados culturais;
- o direito de participar das decisões quanto ao fazer cultural;
- o direito de usufruir os bens da cultura, criando locais e condições de acesso aos bens culturais para a população;
- o direito de estar informado sobre os serviços culturais e sobre a possibilidade de deles participar ou deles usufruir;
- o direito à formação cultural e artística pública e gratuita nas Escolas e Oficinas de Cultura do Município;
- o direito à experimentação e à invenção do novo nas artes e nas humanidades;
- o direito a espaços para reflexão, debate e crítica;
- o direito à informação e à comunicação sobre tudo quanto se faça nesta Secretaria.

A cidadania cultural caracterizou-se, antes de qualquer coisa, por apresentar uma visão integrada de cultura e uma nova maneira de conceber a Secretaria de Cultura, isto

é, como um todo articulado entre os diferentes departamentos e assessorias. Como idéia central da política cultural da Secretaria, a cidadania cultural norteou a produção de todas as suas atividades e programas culturais.

Pensada como o “coração da Secretaria Municipal de Cultura”,⁴ a cidadania cultural definiu o direito à produção cultural como seu principal campo de atuação. A fim de promover o diálogo e a discussão com os diversos segmentos da população, suas atividades perpassaram e articularam todos os programas e todos os departamentos da SMC, como forma de garantir o pleno exercício da cidadania cultural. Nesse campo, a Secretaria se propôs a investir seus maiores esforços, pois acreditava que nele, principalmente, seria traçado o perfil de sua política cultural.

Buscando romper com a tradicional prática dos poderes públicos de tratar a cultura de forma setorializada, suas ações culturais abrangeram questões diversas, entre elas saúde mental, urbanização e alfabetização. Entendendo que a cultura abarcava as diversas dimensões da experiência social, cada um dos departamentos e setores da secretaria buscou expressá-la de variadas formas através de seus projetos. Recolocando-a e recriando-a de acordo com suas vocações, a cidadania cultural foi traduzida nas atividades do patrimônio histórico, de teatro, no cinema e no vídeo.

Para tanto, foi preciso, inclusive, redefinir a noção de cultura com a qual a Secretaria de Cultura operava. Entretanto, até que isso acontecesse através de um decreto municipal no início de 1991, a SMC enfrentaria uma série de restrições para a realização de vários projetos seus. Isso porque muitos deles abrangiam questões que fugiam daqueles aspectos tradicionalmente considerados cultura.

Entre várias situações enfrentadas pela secretaria nesse sentido, exemplo significativo foi um em que ela havia definido a realização de um trabalho de ação cultural junto a um mutirão de habitação popular na Zona Leste da cidade paulistana. A idéia havia surgido numa reunião de secretariado do governo petista quando foi solicitado à SMC que fizesse uma Casa de Cultura no galpão onde os mutirantes realizavam várias atividades. Segundo a funcionária Thaís Ruiz, a idéia era a de que se a Secretaria de Cultura “*fizesse ali umas atividades para crianças e para o pessoal mais idoso, durante o mutirão já iria criando essa [idéia] da Casa de Cultura*”.⁵

Paulo Botas, assessor cultural da SMC, lembrou que a procuradoria jurídica da secretaria apresentaria, porém, obstáculos a essa iniciativa “*porque ela achava que isso fazia parte da Secretaria de Habitação; não tinha nada a ver com a Secretaria de Cultura*”.⁶

Uma outra experiência, também com mutirões, foi questionada pelo setor jurídico. A Secretaria havia programado fazer uma exposição fotográfica no saguão de sua sede, sobre experiências de construção de mutirantes. Num primeiro momento, o setor jurídico

disse que a SMC não podia fazê-la pelos mesmos argumentos anteriores. Mas, ante a insistência da Secretaria para que fossem encontrados os meios legais para a realização dessa atividade, a procuradoria jurídica da SMC disse: “A não ser que vocês coloquem que a forma [como] as pessoas constroem as suas casas são formas artísticas. Então, vocês vão fazer uma exposição sobre as formas artísticas que as casas do mutirão assumem”.⁷

A princípio, uma das estratégias usadas pela SMC foi incluir as palavras “arte” ou “cultura” nos títulos de suas oficinas: “A beleza e a saúde na cultura popular” ou então “a arte de cozinhar, a arte da maquiagem, a arte do medicamento”. Dessa forma, as oficinas puderam ser realizadas, porque “quando havia a palavra arte, a burocracia deixava passar”.

Além desses casos, vários outros programas, cursos e seminários da Secretaria de Cultura sofriam restrições sob o mesmo argumento de que “não eram cultura”. Esses impedimentos encontravam respaldo nas leis fundamentais da Secretaria de Cultura, que definiam a cultura como as sete artes liberais. E, tudo que a Secretaria “pretendia fazer não incluía só as sete artes liberais, e em certos casos não incluía as sete artes liberais”.⁸

Trabalhar com o princípio da cidadania cultural, assumindo como culturais as diversas dimensões da experiência social, implicou, para a SMC, ao longo de seus dois primeiros anos de gestão, ter que enfrentar cotidianamente tensões e conflitos, que expressavam diferentes concepções de cultura, bem como de tratamento a ser dispensado a ela no âmbito institucional.

Foi a partir de diferentes projetos e práticas culturais, ao longo desse tempo, que a Secretaria de Cultura percebeu a necessidade de modificar a noção de cultura que definia o campo funcional de sua atuação. Isso porque a lei de criação da Secretaria de Cultura, de 1975, restringia as atividades culturais ao campo, definido no século XVIII, das belas-artes e, por conseguinte, tudo que não pertencesse ao escopo dessas últimas não seria administrativa e legalmente cultural.

Essa restrição jurídico-administrativa foi superada em janeiro de 1991, quando um decreto da prefeita Luiza Erundina redefiniu a idéia de cultura da Secretaria de Cultura, ampliando seu espaço de atuação.

Pelo decreto, duas considerações preliminares passaram a ter força de lei e definiam que “à cultura foi atribuído o caráter de direito acessível a todos os brasileiros” e que “a cultura engloba todas as formas de expressão e manifestação culturais”. Seu texto também tornava inequívoca a noção de “natureza artística e cultural” das atividades da secretaria. Estas seriam consideradas como “tudo o que deriva da atividade humana, como resultado de sua criação intelectual, sob todas as formas de expressão”, ficando estabelecido que “a Secretaria Municipal de Cultura deverá apoiar e incentivar a valorização e

a difusão das manifestações culturais e oferecer condições à população para acesso aos bens culturais”.⁹

A lei, e, por extensão, a legislação pública, representa o congelamento da correlação de forças políticas existentes na sociedade, num dado momento, no âmbito da ação do Estado. Dessa forma, o governo petista, que havia tido suas propostas de sociedade legitimadas pelo voto, ao transformar as práticas de sua gestão em lei (no caso, um decreto), garantia à Secretaria de Cultura as condições legais necessárias para a realização de suas atividades dentro dos propósitos da cidadania cultural.

No entanto, no cotidiano de atuação da secretaria e, mais tarde, das Casas de Cultura, as mudanças se processariam de forma lenta, demandando um constante trabalho de convencimento e quebra de resistências.

Patrimônio histórico e cultural como direito à cultura

A política de cidadania cultural da gestão petista colocou em questão seja a visão de cultura presente na cidade de São Paulo, seja a forma de conceber a Secretaria de Cultura ou mesmo a maneira desta tratar a cultura, tanto em sua estrutura organizacional quanto nas relações estabelecidas com a cidade.

O modo como a Secretaria enfrentou as questões que se apresentaram derivou das diretrizes gerais de sua política cultural, ao mesmo tempo em que lhe forneceu subsídios para seus trabalhos futuros.

O período inicial da gestão cultural petista ficou marcado na memória da maioria dos depoentes como um momento de encaminhamentos diversos por parte da secretaria. Várias das iniciativas mencionadas estavam inter-relacionadas, sugerindo uma idéia de concomitância das mesmas: montagem da equipe de governo, realização de vistorias para verificação das condições físicas dos equipamentos culturais, levantamento do número de servidores municipais da cultura, realização de cursos de formação para funcionários e identificação de projetos existentes na secretaria. Para cada um desses aspectos correspondeu uma dada orientação, melhor dizendo, uma dada diretriz de como o mesmo deveria (ou não) ser encaminhado.

Nos primeiros meses de 1989, a Secretaria de Cultura, acompanhando as diretrizes gerais do governo municipal, realizou vistoria e levantamento geral da localização e das condições físicas de seus equipamentos culturais, de sua situação administrativa e funcional, e do orçamento com que contava. A situação encontrada revelou a extensão das carências e dos problemas a serem enfrentados a fim de implantar e executar seu projeto cultural.

As visitas de vistorias aos equipamentos culturais da SMC, realizadas em companhia da secretária Marilena Chauí, foram motivo de grande impacto para a equipe de governo,

em razão da situação de destruição física em que suas instalações se encontravam. Eduardo Victor, coordenador do projeto Casas de Cultura no início da gestão cultural petista, ao rememorar essas visitas, deu-nos uma dimensão da precariedade do estado físico dos equipamentos culturais, ao dizer de maneira enfática que “estava tudo caindo”.

As vistorias realizadas ao Centro Cultural São Paulo, ao Centro Cultural Jabaquara, a diversas casas históricas, à Biblioteca Mário de Andrade e a teatros distritais revelaram o descaso a que os mesmos haviam sido submetidos pelos governos anteriores.

Vários desses equipamentos culturais apresentavam, em maior ou menor grau de gravidade, problemas de mais diversa natureza – como áreas alagadas, goteiras, uso inadequado de suas instalações, falta de manutenção –, pondo em risco tanto o patrimônio histórico da cidade quanto a segurança dos funcionários que trabalhavam naqueles locais e de seus usuários, solapando, dessa maneira, o direito à cultura.

Uma vistoria realizada pelo Corpo de Bombeiros e Contru,¹⁰ por solicitação da secretária de Cultura, resultou na interdição (ou confirmação desta em certos casos) e fechamento de alguns equipamentos. A secretaria, que havia definido para o Plano de Emergência do governo municipal, que abria suas instalações e ampliaria seu horário de funcionamento a fim de garantir o direito de acesso a elas pelos cidadãos, viu-se paradoxalmente na contingência de fechar temporariamente vários de seus equipamentos culturais.

A precariedade geral das condições físicas e materiais dos equipamentos culturais foi registrada em vídeo, fotografia e documentação escrita. O vídeo “Descaso Público”, por exemplo, registra imagens do Solar da Marquesa que mostram pedaços de teto caindo, assoalhos danificados, objetos e móveis históricos empilhados, e um arquivo com negativos em vidro, datado de meados do século XIX, depositado num porão que sofria alagamento durante as chuvas.

Lembrando que esse imóvel, no qual se utilizou a técnica construtiva de taipa, é o único exemplar da arquitetura urbana do século XVIII que a cidade ainda possui, fica expressa que as ações dos governos anteriores a essa gestão foram pautadas por um deliberado descaso no trato da coisa pública – seja pela falta de conservação e de manutenção, seja pelo uso que se fez (e se faz), desse patrimônio histórico e cultural da cidade de São Paulo. Descaso que implica a supressão da diversidade que caracteriza a memória social, num claro desrespeito ao direito à memória.

O estado de devastação e de abandono dos equipamentos culturais da Secretaria foi apresentado aos cidadãos através de uma exposição fotográfica intitulada “Ruínas e Esperanças”. Essa exposição foi exibida, simultaneamente, no Centro Cultural São Paulo, no saguão da Biblioteca Mário de Andrade e no Pavilhão de Convenções do Anhembi

– sendo neste último motivo de um seminário realizado com a equipe de governo. Tais atividades fizeram parte das iniciativas da Prefeitura por ocasião da prestação de contas dos primeiros cem dias de sua gestão, no sentido de garantir aos cidadãos o direito à informação.

Essa situação de descaso com o patrimônio público atingia outras áreas do governo municipal. Os equipamentos da educação, da saúde, da alimentação e dos transportes também foram encontrados deteriorados por falta de manutenção ou mesmo de destinação de uso, revelando a prática de ausência de definição de políticas públicas para os mesmos.

Diferentemente desse tipo de prática, ao assumir suas funções na gestão da cidade, o governo petista definiu como uma de suas prioridades a recuperação dos equipamentos municipais como forma de garantir os direitos sociais da população paulistana. Assim, seu governo seria marcado pela inversão de prioridades, no sentido de recuperar para a cidade seu patrimônio público, visando atender às necessidades da população trabalhadora.

No caso da Secretaria Municipal de Cultura, o estado deficiente e precário dos equipamentos culturais demandou medidas emergenciais para a sua superação, a fim de que os diversos setores da secretaria pudessem desenvolver seus trabalhos em condições consideradas adequadas.

A tarefa de restaurar o patrimônio histórico e cultural da cidade assumiu a dimensão de meta prioritária para a SMC. A reforma e o restauro de edifícios completamente deteriorados, bem como a recuperação de equipamentos danificados operaria como pré-condição ou condição básica para a implantação de seus projetos culturais e como forma de garantir o direito à cultura em seu sentido amplo.

Orçamento: de peça contábil à expressão política da cidadania cultural

As carências das condições físicas dos equipamentos culturais revelaram a dimensão dos problemas a serem enfrentados pela Secretaria a fim de implementar a política de cidadania cultural, dada sua tradicional ínfima participação no montante da peça orçamentária do governo municipal.

Situação tanto mais problemática para a Secretaria de Cultura, já que a mesma contava, no início de sua gestão, com recursos financeiros que representavam apenas 0,5% do orçamento municipal, posição que seria alterada ao longo dos quatro anos de governo. Ainda em 1989, ela receberia novas dotações de recursos financeiros, passando a contar com 1,3% do montante de recursos da prefeitura e nos dois anos subsequentes passaria a 1,6%, chegando a 1,8% ao final de 1992.¹¹

Mesmo tendo tido um aumento significativo de sua participação no conjunto do orçamento geral da prefeitura, os recursos financeiros destinados à Secretaria de Cultura permaneceram em patamares bastante insuficientes ante as necessidades de ação cultural na vida da cidade paulistana.

Considerado pela gestão cultural petista como elemento fundamental para a viabilização de sua política cultural e a fim de evitar que apenas os serviços burocráticos e rotineiros pudessem ser realizados, o orçamento da SMC foi, desde 1989, reavaliado, e o próprio modo de tratar essa questão foi repensado.

A questão do orçamento foi entendida pelo governo municipal como um todo, não apenas como uma peça contábil, mas como uma peça política. Nesse sentido em particular, o orçamento da SMC deveria expressar sua política cultural e explicitar suas prioridades.

Dessa forma, a SMC promoveu “uma deliberada politização da peça orçamentária”, contrapondo-se à tradicional prática da “mesmice da cópia do orçamento do ano anterior” levada a cabo pelo departamento de finanças. Isso significou, para sua equipe de governo, participar de cursos sobre o planejamento nos órgãos públicos promovidos pelo governo municipal e se inteirar dos procedimentos de preenchimento dos chamados formulários técnicos e de sua tramitação administrativa. Tais cursos permitiram que eles se apropriassem dos aspectos jurídicos e legais que envolvem a confecção de um orçamento de órgão público; e, por assim dizer, de posse desse conhecimento, planejassem suas ações e definissem suas prioridades para os anos seguintes da gestão cultural.

Planejar, estabelecer prioridades e traduzi-las em termos orçamentários demandou aprendizado e realização de discussões conjuntas entre todos os departamentos da SMC. Na opinião de Vera Tokairim, assessora do gabinete da secretaria, essas discussões foram “*bastante complicadas e complexas, porque, na verdade, [a SMC] estava pedindo para todo diretor de departamento, (...) para cada unidade orçamentária, ver o conjunto da política da Secretaria*”.¹²

Esse modo de tratar as questões orçamentárias implicou que os departamentos confrontassem seus projetos e seus argumentos, a fim de definir quais seriam suas prioridades e, portanto, onde e como seria investido o dinheiro. Tratava-se de decidir o que era mais importante para a população, do ponto de vista da cidadania cultural.

O que se pretendia, com esse modo de lidar com a elaboração do orçamento, era a superação do isolamento dos departamentos através de um olhar que considerasse o conjunto da Secretaria. Pois definir projetos visando abarcar diferentes expressões culturais da cidade e, ao mesmo tempo, tratá-los de modo integrado no interior da própria Secretaria de Cultura, materializando-os em seu orçamento “*não era uma discussão de contas,*

*era uma discussão de política. Quanto que vai para cada lugar não é uma discussão de contabilidade; é uma discussão de prioridade política”*¹³

A discussão para definir programas e prioridades foi travada também em plenárias públicas de elaboração do orçamento e nos Núcleos Regionais de Planejamento. Nesses momentos, a Secretaria de Cultura teve que confrontar seus argumentos com os de outras secretarias municipais, bem como com os argumentos vindos da população.

Numa cidade com graves carências nas áreas de habitação, educação e saúde, para citarmos apenas aqueles aspectos da vida social considerados direitos fundamentais de cidadania, a questão da cultura geraria polêmicas e seria motivo até mesmo de expressões mais exaltadas, revelando o ânimo dos participantes dessas discussões, revelando a diversidade de entendimento sobre a posição que a cultura deveria ter ou não na escala de prioridades do governo municipal.

Os debates realizados nas plenárias de orçamento participativo do governo municipal foram travados em meio às dificuldades advindas da própria novidade desse tipo de encaminhamento proposto pela gestão petista. Ao mesmo tempo, significou levar os projetos culturais da Secretaria de Cultura para um fórum amplo de discussões e de tomada de decisões sobre as prioridades a serem assumidas pela prefeitura.

Em certa medida, nas plenárias de orçamento participativo, a Secretaria de Cultura teve que enfrentar a incompreensão da validade cultural e política de seus projetos para a cidade. Isso porque, quando funcionários da cultura pediam para ser colocado na pauta de discussões orçamentárias o Projeto Casas de Cultura, vários participantes questionavam a pertinência dessa proposta, dizendo, “*será que eles não percebem que a gente tem outras coisas mais importantes para discutir?*”¹⁴

Para mostrar a pertinência e a importância dos projetos culturais, os funcionários da cultura tiveram que insistir em seus argumentos para conseguir a compreensão de participantes da plenária para a necessidade da ampliação da participação da Secretaria na composição do orçamento da prefeitura.

Tendo em conta que as plenárias de orçamento participativo constituíam espaços em que representantes da população, militantes petistas e representantes do governo municipal se reuniam para debater e definir prioridades locais e regionais, e a conseqüente alocação das verbas municipais, parece claro que a questão da cultura não figurava como prioridade, tampouco era tida como importante, mesmo entre os próprios pares que compunham a gestão petista.

Isso revela a pouca tradição, mesmo entre militantes do Partido dos Trabalhadores, muitos dos quais ocupavam cargos na administração municipal, de apreender a cultura como uma dimensão significativa da experiência social e que para ser efetivada como direito a cultura necessitaria ter maior participação no orçamento municipal.

Exemplos de intervenção oficial na área cultural

A fim de quebrar as resistências e divulgar para a cidade a idéia de cultura como direito do cidadão e visando enfatizá-la na política cultural da Secretaria de Cultura, foi criado o Projeto Cidadania Cultural, como uma das formas de garantir o direito à produção cultural. Garantir espaços para a produção cultural a múltiplas parcelas marginalizadas da população fazia parte das intenções da Secretaria, como forma de criar condições para superar a separação sociocultural existente entre o centro e a periferia.

Trabalhar nessa perspectiva significou, para a Secretaria, formar uma equipe e encarregá-la de assumir o Projeto Cultura na Cidade, então existente em seu gabinete, com o propósito de elaborar, a partir dele e não necessariamente com ele, um Projeto de Casas de Cultura e de Oficinas Culturais, proposta apresentada no discurso de posse da secretária Marilena Chauí. Esse propósito exigiu que seus encaminhamentos passassem por sucessivas avaliações e, como decorrência delas, novas diretrizes foram estabelecidas a fim de adequá-las à política de cidadania cultural.

Em gestões anteriores, quando não havia uma preocupação em definir uma política cultural para a Secretaria Municipal de Cultura, foram realizadas algumas iniciativas de descentralização e mesmo de fomentação cultural, como foi o caso do Projeto Cultura na Cidade.

Implantado na gestão Mário Covas (1983-85), o Projeto Cultura na Cidade, havia definido o papel da Secretaria de Cultura como o de uma “intervenção oficial na área cultural”.¹⁵ Considerando que o município se achava numa situação de dispersão dos cidadãos, o secretário Gianfrancesco Guarnieri colocou em prática um plano de atuação que se caracterizou por dois tipos de iniciativas: a construção de centros culturais e a realização de oficinas e mostras culturais.

Programados para serem instalados cinco centros culturais, um em cada região da cidade, ao final da gestão Mário Covas apenas o Centro Cultural São Paulo, o Centro Cultural do Jabaquara e o Centro Cultural do Itaim Paulista¹⁶ haviam sido construídos.

Quanto às mostras culturais, elas tinham por função reunir produtores culturais de diversas áreas artísticas, através da realização de mostras culturais, como foram os casos da Mostra Cultural da Zona Sul, em Santo Amaro, e da 1ª Mostra Cultural do Butantã.

Dois outros tipos de intervenção oficial em atividades culturais promovidas pelo Projeto Cultura na Cidade foram a realização de cursos e oficinas culturais e a prática de “levar o caminhão de som” a bairros afastados do centro da cidade. De maneira geral, essas iniciativas ocorreram de forma desarticulada, entre si e em relação ao conjunto da secretaria.

O Projeto Cultura na Cidade caracterizou-se pela prática de promover ações pontuais nas diferentes regiões da cidade através da viabilização de eventos culturais. Refletindo sobre essas atividades, a ex-secretária de Cultura Marilena Chauí, referiu-se a essas práticas dizendo que o Projeto Cultura na Cidade “*não era um projeto cultural, ele era o fornecimento de serviços de infra-estrutura para trabalhos de bairro*”.¹⁷

Lembrando que, tradicionalmente, são os órgãos governamentais de cultura que definem a ocasião e as circunstâncias para as quais cedem infra-estrutura material – em geral promovendo atividades culturais regidas pelas leis de mercado –, é forçoso reconhecer nessa prática de “levar o caminhão de som” aos bairros, uma forma dissimulada de “levar cultura” à população, e, sobretudo, uma forma de controlar a própria produção cultural da população. Essa era, efetivamente, a natureza da intervenção oficial na área cultural promovida pela Secretaria de Cultura na cidade paulistana, na gestão do secretário Gianfrancesco Guarnieri.

Quando percebemos que tais atividades não mantinham qualquer compromisso com acontecimentos passados e tampouco com seus desdobramentos futuros – pois não tiveram continuidade na gestão seguinte –, fica claro que não havia intenção daquela gestão cultural de fazer germinar ou assumir como culturais as atividades desenvolvidas por pessoas e grupos culturais dos bairros das regiões mais afastadas do centro da cidade.

A um governo que identificava atividade cultural com “espetáculos apresentados sob a forma de eventos sem passado e sem futuro, sem raiz na memória cultural da cidade”¹⁸ sucedeu o governo Jânio Quadros, que se caracterizou por seu autoritarismo e por sua política de ausência cultural para a cidade.

Processo de criação e de implantação do Projeto Casas de Cultura

Tendo como propósito evitar reproduzir essa tradição e esse modo de lidar com a cultura, a própria idéia de evento¹⁹ seria repensada pela gestão cultural petista. Entendendo que as práticas anteriores contribuíam para a formação de uma “imagem de cultura como sucessão de eventos”, isto é, como um acontecer pontual e efêmero, a Secretaria de Cultura propunha-se a tratar as atividades que viria a desenvolver dentro de uma concepção de cultura entendida como “trabalho da imaginação e da inteligência reflexiva e crítica”.

Tomando a cultura como direito de todos terem acesso à cultura – isto é, à diversidade de bens culturais produzidos socialmente – e como direito à criação cultural – isto é, como direito de todos de criar cultura – a ênfase das atividades da Secretaria de Cultura seria deslocada do “produto” para o processo de sua preparação e criação. Isso significando que a apresentação de atividades num determinado momento deveria expressar o

acúmulo de reflexão e de trabalhos desenvolvidos e produzidos ao longo do tempo desse mesmo processo.

Com esse propósito, foram desencadeadas iniciativas junto a pessoas ligadas à cultura, bem como a movimentos populares para conversarem sobre o entendimento que a Secretaria tinha a respeito do exercício da cidadania cultural; dando início a discussões sobre o que seria a ação cultural nas regiões da cidade, bem como à gestão cultural através de conselhos, tendo como idéia desenvolver um Projeto de Casas de Cultura.

Tendo como referência a fala de diversos depoentes, o que parece significativo de ser assinalado é o fato de os mesmos terem se referido ao início da gestão da Secretaria de Cultura reportando-se, invariavelmente, às iniciativas da Prefeitura, estabelecendo um vínculo entre ambas. Esse vínculo, apreendido pelos depoentes a partir dos encaminhamentos propostos pela Secretaria e pela Prefeitura, expressa a existência de uma unidade de propósitos entre essas diferentes instâncias de governo quanto ao modo de governar a cidade, no sentido de se constituir uma gestão apoiada na representação e na participação.

A partir dos contatos realizados pela cidade e daqueles feitos por produtores culturais diretamente na Secretaria, foi elaborado um cadastro que permitiu à Secretaria de Cultura ter a percepção de que havia uma “diferença no nível de trabalho cultural nos vários bairros”.²⁰ Ou seja, a demanda cultural, organizada em algumas regiões, ou dispersa e fragmentada em outras, foi interpretada como se houvesse, em todas elas, uma “espécie de mito gerador”, um desejo de que houvesse na região um equipamento cultural.

A própria diferença de “qualidade” da demanda cultural fez a SMC supor que deveria haver formas de atuação diferentes em cada região: em algumas bastaria “oferecer espaço e recursos técnico-financeiros”, enquanto em outras seria preciso “oferecer tudo, até mesmo a demanda cultural”.

Nesse período foram organizados, na Secretaria de Cultura, vários núcleos de trabalho, entre eles a Assessoria Afro, a Assessoria dos Direitos Humanos, bem como a equipe do projeto Casas de Cultura, tendo sido montadas suas equipes de trabalho através da realização de entrevistas individuais e de pequenos contatos de grupos, bem como por meio de reuniões coletivas para exposição das novas diretrizes.

Esse modo de a nova gestão cultural encaminhar as questões administrativas enfrentou resistências por parte dos funcionários, em razão de eles entenderem que, por serem funcionários públicos, não deveriam se submeter a critérios internos de avaliação e seleção para o trabalho. Apesar disso, a equipe do projeto Casas de Cultura, formada a partir desse processo de seleção, foi coordenada por membros da nova equipe de governo e composta por funcionários de outros órgãos municipais e por aqueles da própria Secre-

taria que já faziam parte do antigo Projeto Cultura na Cidade e manifestaram interesse em trabalhar no projeto.

Para tanto, foram desenvolvidas inúmeras tarefas, tais como a realização de seminários internos, a formação de equipes de trabalho, a organização de cursos para oficinairos e agentes culturais, a discussão de propostas e projetos, e simultaneamente, a previsão das necessidades de recursos materiais e financeiros para a sua viabilização.

Essas tarefas, iniciadas no primeiro semestre de 1989, tinham duplo caráter: visavam a formação e preparação da equipe, concomitantemente ao encaminhamento dos trabalhos práticos. Esse procedimento foi lembrado por Thaís, funcionária de carreira, como expressão de “*um trabalho bastante lento. (...) no sentido de ser muito discutido (...)*”.²¹

O sentido da lentidão dos trabalhos, diferente de significar morosidade ou ausência de propósitos, estava associado ao início das atividades da equipe, quando ela realizou diversas leituras,²² bem como participou de uma série de palestras e seminários para reflexão e debates sobre diferentes práticas de ação cultural. Essas atividades foram realizadas tanto por pessoas da área cultural como por especialistas especialmente convidados para, como também contaram com a presença da própria secretária de Cultura Marilena Chauí.

Eram oportunidades para refletir sobre a questão da cultura enquanto um conjunto de ações e relações socioculturais que se estabelecem e se recriam constantemente em diferentes espaços sociais; bem como sobre o papel dos agentes culturais e da Secretaria de Cultura e suas possibilidades de atuação.

Organizado em forma de cursos de formação de agentes culturais, esse conjunto de atividades era aberto a todos os funcionários da cultura e foi desenvolvido, tanto na sede da Secretaria de Cultura como em outros equipamentos culturais, como, por exemplo, na Biblioteca Mário de Andrade. Eram oportunidades de reflexão sobre os vários aspectos que compõem a experiência cultural das pessoas em seu viver cotidiano e sobre as diferentes formas pelas quais ela se expressa, inclusive nos momentos de lazer e de entretenimento, e não só nas atividades artísticas.

Nesses momentos, foram discutidas questões relativas à ação cultural, tendo como referências outras experiências de iniciativas institucionais na área da cultura, seja com Casas de Cultura ou com Oficinas Culturais, tanto as existentes no Brasil como em outros países, como, por exemplo, Cuba, França, Espanha e Itália.²³ E como referência para a elaboração de propostas e propósitos para as Oficinas Culturais, a SMC havia convidado pessoas das “Oficinas Culturais Três Rios”²⁴ para também dar palestras.

A importância dessas atividades e do contato com leituras diversas residia em dois aspectos do direito à cultura. Por um lado, punha em prática o direito à informação, à medida que possibilitava aos seus participantes conhecerem o que existia de experiências

de Casas de Cultura e Oficinas Culturais, o que eles não iriam reproduzir ou o que se pretendia superar. Além disso, exercitava o direito à formação, que servia para nortear o próprio trabalho prático que acompanhava, desde o início, essas atividades. Ou seja, eram referências para serem negadas ou afirmadas, total ou parcialmente, pelas ações culturais da Secretaria de Cultura.

A idéia geral que orientou as discussões em relação às Casas de Cultura foi a de que elas não seriam centros culturais. Isso porque, segundo a ex-secretária Marilena Chauí, os centros culturais, por tradição, têm sido identificados como locais “*de extroversão de uma produção que não era necessariamente feita nele. E as Casas de Cultura eram um lugar [das] mais variadas formas de produção cultural*”.²⁵

Pensando a cidadania cultural não só como um direito de fruição dos bens culturais, mas como um direito à produção de bens culturais, as Casas de Cultura foram propostas para serem, prioritariamente, lugar das mais variadas formas de produção cultural, sem, contudo, delas excluir a possibilidade de extroversão dessa produção.

As Casas de Cultura e as Oficinas Culturais, à medida que foram pensadas como espaços de ação cultural, não necessitariam ser, e nem se pretendiam, constrangidas a um espaço físico determinado; embora essa idéia não fosse descartada. A idéia que norteou esses projetos baseou-se na possibilidade, vislumbrada pela Secretaria de Cultura, de que eles poderiam se expandir em diferentes regiões da cidade pela dinamização cultural que viessem a promover.²⁶

As atividades internas de formação cultural foram acompanhadas pela realização de uma série de iniciativas em direção às diferentes regiões da cidade. Num município com as dimensões de São Paulo, dividir a cidade em regiões e percorrer todas elas, nos três períodos do dia, foi a forma que a equipe encontrou para realizar esse trabalho. A própria equipe organizou-se de acordo com a divisão administrativa das regiões da cidade, tendo por objetivo organizar grupos de pessoas para com elas discutir a proposta de Casas de Cultura.

Essas iniciativas são reveladoras da forma de atuação interna e externa da Secretaria de Cultura, as quais se implicavam mutuamente, realizando um movimento de dupla determinação. Desse movimento resultaria a definição das linhas de ação e das características que configurariam o próprio Projeto Casas de Cultura, como resultado do acúmulo de experiência de sua equipe de trabalho e do contato direto com as diferentes regiões da cidade.

Esse primeiro momento caracterizou-se mais como uma atividade de reconhecimento das diversas regiões da cidade, das possibilidades que elas ofereciam e de seu potencial cultural, do que por qualquer intenção de definir de antemão um local ou uma região para instalar uma Casa de Cultura.

No primeiro semestre de 1989, foram feitos vários contatos e realizadas reuniões com entidades de bairro e associações de moradores, com grupos de cultura, bem como com o que existia de movimentos sociais organizados e, ainda, com equipamentos de outras secretarias, como os da Educação, da Saúde e do Bem-Estar Social.

Ao mesmo tempo, foram feitas visitas a diversos locais, com o intuito de verificar a possibilidade de uso de suas instalações para a realização de oficinas culturais. Fossem eles escolas estaduais e municipais ou instituições que trabalhassem com crianças e jovens menores de idade.

No entanto, resistências a esse projeto se fizeram presentes através de argumentos diversos, que se apresentaram em termos de condicionantes e limitações à ação que a política de cidadania cultural se propunha a realizar: os “horários das escolas” foram tidos como restritivos, tanto para a realização de atividades quanto em relação ao “público” a ser atendido; fazer atividade com meninos dos Centros da Juventude²⁷ significou atender “uma população que de alguma forma já era atendida também com cursos”; em relação às atividades das oficinas culturais, os argumentos englobavam os anteriores, ao mesmo tempo que refutavam a possibilidade de uso daqueles espaços, pois considerou-se que neles a ação dos agentes culturais não teria “independência”.

Dessas reuniões com pessoas ligadas a atividades culturais e da formação de núcleos de discussões sobre questões culturais, resultou uma concepção de Casas de Cultura enquanto “*espaço e estrutura para que as pessoas pudessem produzir cultura, (...) ter acesso às produções culturais, (...) à formação cultural e integrar os vários projetos, as várias experiências (...)*”.²⁸

E quanto a sua estrutura física e ao seu funcionamento foi definido que a Casa de Cultura seria

[...] estruturada em lugares já existentes e se utilizando ainda de equipamentos de outras secretarias (...). ela funcionaria como um espaço de encontro entre produtores culturais, entre pessoas que estudavam a questão da cultura e um ponto onde a população saberia identificar.

Esse processo interno e externo de discussões estendeu-se por quase todo o primeiro ano da gestão cultural petista, resultando num projeto que abrangia toda a cidade, baseado nas vinte Administrações Regionais e que previa a criação de vinte Casas de Cultura.

A partir de considerações que enfeixavam questões relativas ao espaço físico, aos horários de funcionamento, ao público a ser atendido e à atividade a ser realizada, a percepção da equipe responsável pelo Projeto Casas de Cultura foi a de que seria melhor ter espaços próprios para a instalação das primeiras Casas de Cultura.

Essa definição, entretanto, implicou dificuldades de ordem material, administrativa e política para a sua viabilização. Isso porque a SMC não dispunha de infra-estrutura material para esse fim específico, tampouco tinha um orçamento que comportasse a construção de novos equipamentos e, também, não contava com um corpo técnico de funcionários que pudesse encaminhar a questão.

Após algumas tentativas frustradas da Secretaria de Cultura para a viabilização de espaço – quando contou com ajuda interna de seu Departamento do Patrimônio Histórico e também com a de outras secretarias e órgãos municipais –, em que se impuseram dificuldades de ordem conceitual em relação à compreensão de funcionamento da própria secretaria e das Casas de Cultura, de ordem material de espaço e de obras para sua viabilização, e de ordem conceitual e política com o restante de governo, foi possível definir os locais onde seriam instaladas as Casas de Cultura.

Em meio a esse processo, a política de cidadania cultural revelou-se um ponto de disputa e também de equilíbrio político, que permitiu que a instalação das Casas de Cultura fosse realizada em função de espaços da própria Secretaria de Cultura que eram subaproveitados e em locais sugeridos pelas administrações regionais e pelo movimento cultural de diferentes regiões.

De modo que, após um longo processo de discussões e de negociações entre membros e autoridades de diferentes níveis da gestão petista, as Casas de Cultura do Ipiranga, do Butantã e da Raul Seixas de Itaquera foram instaladas em espaços que pertenciam legal e respectivamente às Secretarias de Abastecimento e de Habitação.

Entretanto, na prática cotidiana, a construção da idéia de Casa de Cultura enquanto espaços de convivência e trocas de experiências, de ação cultural e realização de atividades culturais diversas, iria se dar através de um processo de constante aprendizado e descobertas, tanto para seus coordenadores como para as pessoas envolvidas em suas atividades, e mesmo para a Secretaria de Cultura.

Toda essa discussão foi realizada levando-se em consideração a perspectiva da Secretaria de Cultura de se contrapor aos moldes instituídos pelo Estado brasileiro, de abordar a cultura de forma assistencialista, clientelista, populista ou de forma a reforçar práticas de tipo consumista.²⁹ Assim, estabeleceram-se propósitos para as Casas de Cultura que eram, ao mesmo tempo, recusa de outras práticas e idéias sobre cultura, como, por exemplo, a de que através da “animação cultural pode-se ‘dar alma ou ‘insuflar a vida’ a indivíduos pretensamente despojados de vitalidade”.

Pretendendo se opor “a hábitos culturais ideologicamente arraigados”, os quais deveriam ser confrontados nas práticas culturais, o Projeto Cidadania Cultural definiu, no final de 1989, que as Casas de Cultura atuariam com uma concepção de cultura enten-

didática, simultaneamente, como “conjunto de práticas, idéias e sentimentos que exprimem as relações simbólicas dos homens com a realidade (natural, humana e sagrada); e como “conjunto de práticas e de idéias produzidas por grupos que se especializam em diferentes formas de manifestação cultural – as artes, as ciências, as técnicas, as filosofias”.

Esse elenco de questões revela não só a dimensão das tarefas que a SMC teve que enfrentar para implantar as Casas de Cultura na cidade de São Paulo como também revela o caráter de inovação de sua política cultural.

Trabalhar com os princípios da cidadania cultural significou, para a própria equipe encarregada da criação das Casas de Cultura, apropriar-se de seus propósitos, reinterpretá-los e expressá-los em forma de projeto a ser concretizado através de ações culturais. Essa é uma característica que advém da própria política cultural da Secretaria, ou seja, suas ações partiam sempre de uma definição política, a qual ia sendo testada, modificada ou adequada no confronto com as situações existentes. Buscava-se com isso, através de sucessivas tentativas de erros e acertos, efetivar a cidadania cultural na cidade de São Paulo.

Esse modo de apreensão da cidadania cultural permitiu que o Projeto Casas de Cultura fosse se configurando e ganhando concretude através de um processo que se caracterizou, bem como incorporou diferentes práticas culturais.

As Casas de Cultura constituíam a meta final do Projeto Casas de Cultura, isto é, eram uma definição política da Secretaria Municipal de Cultura e, ao mesmo tempo, deveriam surgir do processo de discussão e participação que se verificasse em diferentes regiões da cidade. Com esse intuito, estabeleceu-se que o diálogo do Projeto Casas de Cultura com a população dar-se-ia de forma coletiva e descentralizada em cada região, a fim de fortalecer a organização dos grupos, entidades e movimentos culturais locais.

Com o atendimento coletivo e descentralizado, acreditava-se que os produtores culturais locais, tradicionalmente marginalizados do direito à cultura, pudessem se conhecer, trocar experiências e informações, apresentar e discutir propostas e planos de ação cultural para a região ou para a cidade. A intenção era de que, nesse processo, indivíduos e grupos culturais construíssem referenciais comuns, apreendessem as atividades culturais como parte integrante de seu cotidiano e, através delas, estabelecessem vínculos que se expressassem em propostas de ação cultural para a região, de forma duradoura e ao longo do tempo. Acreditava-se que, uma vez surgidas desse processo, as Casas de Cultura seriam por ele afiançadas.

As Casas de Cultura, por não partirem de uma concepção preestabelecida de qual forma deveriam assumir, ganhavam contornos mais claros durante seu processo de criação. Pensadas para serem espaço para a expressão e apresentação da produção cultural

local e para realização de oficinas culturais, seu perfil seria dado pelas práticas culturais da população que delas viesse a participar nas regiões onde fossem instaladas.

Situadas no campo do direito à produção, as Casas de Cultura pretendiam incentivar a imaginação, a liberdade e a participação de quantos se envolvessem com sua criação. Nesse sentido, pretendiam ser uma idéia geradora de novos valores, que deveriam ser, ao mesmo tempo, constituídos e conquistados; vontade política da Secretaria de Cultura que, no entanto, para se concretizar dependeria da ação político-cultural dos sujeitos sociais.

Embora Casas de Cultura e Oficinas Culturais fossem propostas de forma concomitante, a efetivação de uma delas não estava, necessariamente, condicionada à efetivação da outra; antes, dependiam dos espaços onde iriam ser realizadas. Cada uma delas tinha um perfil próprio que corresponde a determinações específicas.

As Casas de Cultura foram projetadas como núcleos culturais destinados a servir de ponto de encontro para produtores trocarem experiências e informações, apresentarem seus trabalhos e programarem ações culturais para o bairro ou a região. As oficinas culturais, por sua vez, destinavam-se a atender as demandas dos produtores, promovendo o aperfeiçoamento das diferentes técnicas de experimentações artísticas. Objetivava-se que a implantação das Casas de Cultura e das Oficinas Culturais caminhasse simultaneamente e que seus planos de ação pudessem ser cruzados e integrados num futuro próximo.

Essas idéias, entretanto, iriam conviver com uma diversidade de compreensões acerca do que fosse cidadania cultural, de qual seria o papel da Casa de Cultura e com qual sistema de gestão deveria funcionar e, ainda, como e quais atividades seriam nelas realizadas.

A primeira dificuldade que o projeto Casas de Cultura enfrentou foi em razão da estrutura departamental da Secretaria de Cultura, e, por causa dela, seus funcionários não contavam com uma experiência de trabalho que integrasse projetos e atividades de seus vários setores administrativos. Isto é, não fazia parte das experiências dos funcionários da Secretaria organizar atividades culturais de maneira integrada, buscando multiplicar a ação de cada um deles nos equipamentos culturais do município. Ao contrário disso, a experiência pregressa da Secretaria de Cultura era a de limitar e restringir suas iniciativas às atribuições jurídico-administrativas de seus diversos departamentos.

Dessa forma, foi a partir desse modo de entender e tratar a cultura na Secretaria de Cultura que o projeto das Casas de Cultura foi sendo posto em prática. Isto é, foi a partir das práticas culturais já existentes na Secretaria que se pensou e tentou descentralizar sua ação cultural através das Casas de Cultura.

Outras dificuldades ainda seriam enfrentadas no processo de implantação das Casas de Cultura e disseram respeito aos entraves burocráticos de toda ordem encontrados pelo caminho.

Mas, talvez, as maiores dificuldades tenham sido aquelas enfrentadas pelas pessoas que assumiram responsabilidades culturais junto às Casas de Cultura, no sentido de encontrarem formas de ação cultural que concretizassem as idéias de cidadania cultural e de co-gestão nas suas experiências cotidianas.

Algumas das pessoas entrevistadas referiram-se a esses aspectos, dizendo “*a gente, também, não sabia muito bem como fazia isso*” ou “*era uma coisa nova, a gente nunca tinha trabalhado com isso*” e, ainda, “*a gente não sabia mesmo como trabalhar*”.

Essas questões seriam tratadas no processo de discussão e organização das atividades das Casas de Cultura. No decorrer desse processo, principalmente, pessoas, grupos culturais e movimentos sociais iriam ser incorporados, assumiriam ou responderiam pelas suas programações culturais.

No entanto, a prática da co-gestão, baseada na idéia de igualdade de direitos culturais e de direito à participação nas decisões político-culturais seria experimentada como um desafio cotidiano ao longo de grande parte de tempo da gestão cultural petista. Ela demandaria a busca de caminhos e seria construída através de diferentes práticas, pois, como lembrou Clóvis Ribeiro, referindo-se à Casa de Cultura do Butantã: “*Como (...) fazer uma gestão, uma co-gestão entre prefeitura local, a secretaria, os interesses comuns, o PT não sabia ainda como. Até que, quase no final do mandato, [se] conseguiu fazer isso*”.³⁰

Mesmo sendo um propósito do governo petista a prática da participação nas decisões das atividades culturais, implicou explicitar conflitos e diferentes interesses, sendo vivida em meio a grandes tensões no cotidiano das Casas de Cultura. Antonio da Silva Pinto, referindo-se à Casa de Cultura de Santo Amaro, relembrou que a prática da participação demandou um tempo de aprendizagem das próprias pessoas envolvidas com as questões culturais, “*em princípio, quase saiu cadeirada. Mas, no final, (...) as pessoas começaram a se educar, e (...) começou a pintar propostas em conjunto*”.³¹

Nesse processo de aprendizado, as Casas de Cultura tiveram que encontrar formas de atuação ou de democratização das relações que nelas (e com elas) se estabeleceram, bem como do uso de seus espaços, visando a ampliação da compreensão do que seja atividade cultural da perspectiva da construção da cidadania cultural.

Isso significaria investir no tempo, no sentido de aprender a conviver com as diferenças culturais, bem como a lidar com os conflitos a elas inerentes. Dessa maneira, o modo como cada Casa de Cultura encaminharia essas questões delinearía os diferentes perfis que elas adquiriram durante o seu processo de implantação.

Ou seja, a participação nas decisões da vida cultural da cidade através da prática da representação era princípio do Partido dos Trabalhadores e dos petistas, mas teriam que

ser inventados no cotidiano das práticas culturais das Casas de Cultura e de suas relações com a Secretaria de Cultura, bem como com as pessoas que a elas se incorporaram.

Recebido em julho/2006; aprovado em setembro/2006.

Notas

* Professora do Colegiado de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Centro Universitário Fundação Santo André – Cufsa/SP. Doutora em História pela PUC-SP. E-mail: mirnabp@uol.com.br. Este artigo tem como base a dissertação de mestrado *Casas de Cultura: experiências de cidadania cultural em São Paulo – 1989/1992*, defendida em maio de 1998, no Programa de Estudos Pós-graduados em História, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

¹ Apoiando-me mais especificamente no capítulo “A política de cidadania cultural e o projeto das Casas de Cultura” da citada dissertação, procuro refletir acerca dos significados de se definir a cultura como direito e de constituí-la como política cultural.

² “O discurso de Erundina”. *O Estado de S. Paulo*, 03-01-1989, p. 39.

³ CHAUI, M. *Reflexos de Cidadani* (Discurso de posse na Secretaria de Cultura de São Paulo, a 2 de janeiro de 1989). São Paulo, PMSP/SMC, 1989.

⁴ A idéia de “coração da SMC” aparece mencionada em “Relatórios de Atividades” e em documentos explicitando as “Diretrizes Gerais” da Secretaria de Cultura associada, ora à cidadania cultural, ora às Casas de Cultura e Oficinas Culturais ou mesmo ao Centro Cultural São Paulo. Reafirmada de tempo em tempo, sobretudo no ano de 1989, ela faz supor que essa tenha sido uma das formas encontradas pela Secretária de Cultura para recolocar a discussão em torno de sua política cultural.

⁵ Thaís de Almeida Ruiz. Depoimento de 13-11-1996. Funcionária pública de carreira, incorporou-se no início da nova gestão da SMC à equipe responsável pela criação do Projeto Casas de Cultura, bem como pela sua instalação e implantação na cidade de São Paulo.

⁶ Paulo César Loureiro Botas. Depoimento de 15-07-1997. Filósofo, foi assessor cultural do gabinete da SMC e orientou a montagem das Casas de Cultura do início de 1990 a setembro de 1991.

⁷ Id.

⁸ CHAUI, M. e MORAIS, F. A teoria na prática e outras, *Teoria & Debate*, n. 13, jan., 1991, pp. 42-53.

⁹ Decreto nº 29.472, de 10 de janeiro de 1991, ver *Cidadania Cultural em Ação, 1989-1992. Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Cultura aos Cidadãos*. São Paulo, PMSP/SMC, 1992, s/p.

¹⁰ Contru - Divisão Técnica de Controle do Uso de Imóveis da Secretaria Municipal de Habitação.

¹¹ Observando-se a evolução do orçamento por área de atuação, é possível constatar que a prefeitura investiu, nos treze anos anteriores, uma média de 35,3% de seus recursos na área social. Embora não tenhamos os dados especificamente em relação à cultura, parece lícito supor que essa área tenha ficado sempre com a menor fatia do orçamento municipal. Ver *Cidadania Cultural em Ação, 1989-1992. Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Cultura aos cidadãos*. São Paulo, PMSP/SMC, 1992, s/p.

¹² Vera Tokairim. Depoimento de 23-02-1997. Assessora do gabinete da SMC e compôs o colegiado que definia as políticas para as Bibliotecas Públicas e Infante-Juvenis. A partir de meados de 1991, assumiu a coordenação da Ação Cultural Regionalizada. Segundo a depoente, no caso das bibliotecas, até 1988, seu

orçamento não se destinava a compras de livros, cursos ou seminários de discussões de leituras, mas sim para “*curso de corte costura, de crochê, de bombons finos*”. Situação que foi redefinida a fim de que as bibliotecas voltassem a ser espaços de leitura e de reflexão.

¹³ Id..

¹⁴ Ibid..

¹⁵ “Cultura”. *Boletim do Departamento do Patrimônio Histórico*, n. 1, 1985, pp. 7-8.

¹⁶ O Centro Cultural do Itaim Paulista foi lembrado como tendo resultado de pressão exercida por movimentos culturais e sociais surgidos no período entre 1978-84 que, por não contarem com espaços para a prática cultural no extremo da Zona Leste, atuavam em praças públicas ou salões paroquiais. Conforme depoimento de Carlos Batista de Oliveira, em 06-08-1997, que coordenou a Casa de Cultura do Itaim Paulista a partir de 1990. À época da entrevista, achava-se coordenando a Casa de Cultura Chico Mendes.

¹⁷ Marilena Chauí. Depoimento de 14-10-1997. Foi Secretária Municipal de Cultura a convite da Prefeita Luiza Erundina de Sousa, no período de 1989-1992. Compôs a coordenação do chamado “Grupo dos Doze”, que organizou os trabalhos preparatórios para a posse na SMC. Teve contato, no final da década de 1960, com a experiência de descentralização cultural realizada pelo governo francês através das Casas de Cultura. É filósofa e professora. Entrevistada em 30-09 e em 14-10-1997.

¹⁸ “Diretrizes da SMC”. São Paulo, PMSP/SMC, mimeo, s/d., pp. 38-42.

¹⁹ Sobre essa questão, ver *Iniciativas para os 100 primeiros dias de gestão. Plano de Ação maio/dez. 1989*. São Paulo, PMSP/SMC, mimeo, s/d.; *Plano de Ação – maio/dez. 1989. PMSP/SMC, 18.04.1989*, pp. 7-8; e CHAUÍ, M. *Diretrizes da Secretaria Municipal de Cultura*, n. 3, de 03-02-89 a 17-02-89, pp. 38-42.

²⁰ *Divisão de Descentralização Cultural – DDC*, de 06-06-1989, pp. 2-3.

²¹ Thais de Almeida Ruiz. Depoimento de 13-11-1996.

²² Uma das leituras realizadas foi o trabalho de MAGNANI, J. G. C. *Festa no Pedaco*. São Paulo, Brasiliense, 1984. Nesse estudo, o autor trata do lazer e do entretenimento enquanto aspectos lúdicos da cultura presentes no cotidiano das pessoas. Embora seu objeto de estudo seja a atividade circense, faz referências a diferentes formas de entretenimento, considerando-as como expressões de valores, da maneira de pensar e do modo de vida dos trabalhadores dos bairros da periferia de São Paulo.

²³ A esse respeito ver COELHO NETTO, J. T. *A Cultura da Cidade. Casa de Cultura e Ação Cultural*. São Paulo, ECA/USP, 1985.

²⁴ As Oficinas Culturais Três Rios fazem parte do Projeto Oficinas Culturais da Secretária de Estado da Cultura/SP e resultou de estudos técnicos e algumas experiências isoladas, realizadas no governo Franco Montoro, sob a forma de seminário. Inaugurada oficialmente em 1987, abrangendo inicialmente as áreas de Artes Plásticas, Dança, Música e Teatro, ampliou sua atuação a outras linguagens, como Administração Cultural, Meio Ambiente, Literatura, Rádio, Vídeo e Ópera. Definindo-se como “espaços que procuram oferecer aos interessados atividades gratuitas, especialmente as de caráter prático”, seu público-alvo variava em função de cada atividade, indo do iniciante ao profissional. A fim de atingir o público de baixa renda, foram criados o “Projeto de Oficinas de Bairro” (em Itaquera, S. M. Paulista, Água Fria, Brás, Capela do Socorro e Tatuapé, entre ago./89 e set./90), e as “Oficinas Culturais Regionais” (criadas no interior do Estado). Cf. SARTINI, A. C. *Histórico das Oficinas Culturais*. São Paulo, DFC/SEC 1996, s/p.

²⁵ Marilena Chauí. Depoimento de 30-09-1997.

²⁶ *Divisão de Descentralização Cultura - DDC*. São Paulo, PMSP/SMC, jun. 1989, pp. 2-3.

²⁷ Os Centros da Juventude realizaram um trabalho educativo e social, com crianças e adolescentes entre 7 a 17 anos de idade, que incluía atividades de cultura, esporte e lazer, bem como alimentação e serviço

de atendimento social gratuito, da Secretaria do Bem-Estar Social-Sebes, destinado a famílias com renda mensal entre 0 e 4 salários mínimos. São Paulo (SP) Secretaria Especial da Reforma Administrativa. *Guia de Serviços Públicos da Cidade de São Paulo*. São Paulo, 1991, pp. 85-6.

²⁸ Eduardo Victor da Cruz. Depoimento de 23-05-1996. Coordenou o Projeto Casas de Cultura no ano de 1989. Participo da produção do Programa de Governo da Prefeita Luiza Erundina de Sousa e fez parte da equipe de coordenação do chamado “Grupo dos Doze”. Anteriormente foi membro da Comissão Estadual de Cultura do PT/SP.

²⁹ *Minuta sobre texto à respeito da concepção das Casas de Cultura* – Projeto Cidadania Cultural. São Paulo, PMSP/SMC, mimeo, 1989.

³⁰ Clóvis Ribeiro de Oliveira. Depoimento de 31-10-1996. Integrou a Comissão Cultural do Butantã, desde o início de 1989 e a representou junto à coordenação dessa Casa de Cultura até 1991. Nela, desenvolveu oficinas culturais de teatro e música. É professor de música e poeta.

³¹ Antônio da Silva Pinto. Depoimento de 10-06-1996. Participou desde o início de 1989, junto à SMC, de discussões sobre ação cultural em Santo Amaro, onde havia desenvolvido um projeto de casa de cultura autônoma. Foi contratado como oficinheiro, em 1991, pela Casa de Cultura de Santo Amaro. Desde então e até o final da gestão, coordenou a ação cultural na região Sul, numa atuação conjunta com a Casa de Cultura de Santo Amaro. É produtor cultural de vídeo e teatro.